

# **18º Congresso Brasileiro de Sociologia**

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

**Grupo de Trabalho 18 - Educação Superior na Sociedade Contemporânea**

**Título do Trabalho:** A mobilidade internacional acadêmica e o emprego da novação nos programas da Capes: uma análise a partir de resultados de pesquisa sobre bolsistas brasileiros no exterior

**Autora:** Maria Luiza de Santana Lombas (Capes)

## 1. Introdução

O processo de globalização e a importância que o conhecimento assumiu na economia moderna propiciaram o entendimento de que a emigração de pessoas altamente qualificadas não produziria somente um resultado de soma zero, significando a perda irreversível de talentos pelos países de origem, em benefício das nações receptoras. Mais do que reagir aos efeitos negativos da emigração por meio de medidas financeiras compensatórias, de controle e regulação dos fluxos, como preconizavam as abordagens do *brain drain*, na perspectiva do *brain gain* busca-se focalizar os aspectos positivos do movimento migratório, procurando revertê-lo em vantagens para os países de origem. A adoção de estratégias de *brain gain* depende, no entanto, das condições estruturais e institucionais existentes seja para promover a recuperação de talentos emigrados (ou, mesmo, atrair novos talentos) seja para mantê-los mobilizados à distância.

Levantamentos realizados sobre o movimento transnacional de professores e pesquisadores brasileiros confirmam que o Brasil não figura entre nações cujo contingente de emigrados é significativo, sinalizando que o sentido predominantemente seguido é o de circulação, com o retorno ao país após a consecução das atividades propostas. Por outro lado, o estágio de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país acena favoravelmente para a possibilidade de reposição e retenção de talentos, de recuperação de outros nacionais do exterior, além de favorecer na atração de estrangeiros. Entretanto, estratégias para a interação profissional com aqueles radicados no exterior não devem ter uma importância menor, haja vista o papel complementar que poderiam exercer para o incremento da base nacional de produção do conhecimento e para contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino e pesquisa do país.

Por meio de recentes atos governamentais, as principais agências brasileiras de fomento à pesquisa e à pós-graduação, CNPq e Capes, instituem a novação e abrem a possibilidade de diálogo com beneficiados dos seus programas de bolsas de estudos no exterior, a fim de dar-lhes a oportunidade de repactuar o acordo firmado com a União, devido ao inadimplemento das obrigações finais de retorno ao país e de permanência aqui pelo mesmo

período do benefício recebido. Em caráter excepcional, a novação é proposta como uma solução para os conflitos contratuais imanentes ao investimento público realizado, mediante o cumprimento de obrigações alternativas, providas de valor acadêmico-científico-tecnológico para o Brasil, que possam ser exequíveis fora do território nacional.

Apesar de pouco tempo de sua instituição, pode-se afirmar que a medida vem ao encontro das transformações sociais ocorridas na atualidade e traz a perspectiva de contribuir com o país nas suas iniciativas de internacionalização do ensino superior e de cooperação internacional em pesquisa. Nesse sentido, o presente artigo propõe-se refletir sobre as atividades propostas como obrigações a serem assumidas pelos interessados nos termos do acordo de novação estabelecido especificamente pela Capes. Para tanto, tomou-se como base de análise os resultados de estudo realizado por Lombas(2013) com respeito aos efeitos das trajetórias de formação doutoral e de pesquisa no exterior sobre a internacionalização da produção do conhecimento. Um dos objetivos desse estudo foi conhecer indicativos de interlocução acadêmica e de pesquisa entre brasileiros residentes no Brasil e compatriotas radicados no exterior.

Além desta introdução, o artigo está organizado em quatro partes. A primeira aborda aspectos do movimento transnacional acadêmico da atualidade e suas potencialidades para transferência de conhecimentos e fortalecimento dos sistemas educacionais, científicos e tecnológicos dos países envolvidos. A segunda parte analisa a adoção do instituto da novação, focalizando especificamente as obrigações previstas para os programas de bolsas no exterior geridos pela Capes. A terceira parte trata dos resultados do estudo citado, que abordou as interações estabelecidas entre pesquisadores brasileiros no Brasil e no exterior. Em seguida, discute-se a exequibilidade da medida instituída pela Capes a partir dos resultados analisados. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **2. O movimento transnacional acadêmico e as perspectivas de *brain gain***

Num panorama de amplas transformações globais pelo qual se caracteriza o mundo contemporâneo, o movimento transnacional acadêmico

tem se expandido e apresentado novos contornos. O fluxo passa a ser proveniente de várias direções, ampliando-se em suas origens, e a ser guiado, sobretudo, pelo conhecimento e, portanto, em direção a centros que mais dispõem de recursos cognitivos, físicos, materiais e financeiros necessários ao aprimoramento excepcional das competências profissionais e de pesquisa. Embora tenha se tornado multilateral e policêntrico, o movimento não é totalmente multidirecional, uma vez que este se concentra nos países desenvolvidos, cuja produção do conhecimento é elevada e inovadora, e onde se estabelecem os padrões e paradigmas científicos. Além disso, seus centros oportunizam o acesso aos canais de comunicação, aos intercâmbios e às colaborações inerentes à atividade profissional, e, ainda, possibilitam a abertura de novas perspectivas de interação com o exterior. Desse modo, a opção pela experiência de estudo ou pesquisa no exterior não enseja, apenas, o enriquecimento intelectual e transcultural, mas, também, o aumento da competitividade e da conectividade na profissão<sup>1</sup>.

Porém, os benefícios desse movimento transcendem as expectativas individuais. A presença massiva de estudantes e pesquisadores estrangeiros traz efeitos sobre o ambiente receptor, constituindo-se um importante recurso acadêmico de expertise técnica e de perspectiva transcultural, que propicia a combinação e a geração de conhecimentos. É também uma forma de transferência de conhecimentos para os locais de origem. Os egressos trazem consigo e disseminam em seu cotidiano acadêmico ou profissional as informações, práticas, hábitos, valores que foram adquiridos, e viabilizam as relações entre seus respectivos países e aqueles que os acolheram em sua trajetória internacional<sup>2</sup>.

É fato que a intensa mobilidade internacional com propósitos de estudos superiores ou de pesquisa possa motivar a emigração, considerando-se diversos fatores que são forças de repulsão e atração de talentos de seus países de origem para outros, merecendo substantiva importância aqueles de natureza profissional. A falta de oportunidades e de condições satisfatórias para o exercício do trabalho, de um lado, e as chances comparativamente

---

<sup>1</sup> Uma revisão da literatura sobre o tema da mobilidade acadêmica internacional pode ser encontrada em Lombas(2017).

<sup>2</sup> *Ibidem*.

melhores para a atuação e realização profissional, de outro lado, são elementos de relevo na literatura que trata sobre o *brain drain*<sup>3</sup>.

Contudo, a complexidade que alcançou a movimentação de talentos em nível internacional, nas últimas décadas, vem permitindo que a literatura contemporânea avance na compreensão sobre o fenômeno e ofereça interpretações para além da inevitabilidade da perda. Do ponto de vista global, o movimento migratório de profissionais altamente qualificados tem sido considerado como de fundamental importância para a geração de riquezas, a produção e transferência de conhecimentos e para a conectividade internacional (SOLIMANO, 2006; REGETS, 2007; CASTRO, 2007). Nos países que os atraem, esses talentos geralmente encontram condições favoráveis para o seu aproveitamento por disporem de recursos cognitivos, financeiros, materiais e tecnológicos, muitos dos quais não estão disponíveis nos seus respectivos locais de origem e por conferir-lhes visibilidade profissional (LAUDEL, 2005). Por sua vez, os países receptores podem se beneficiar do conhecimento trazido pelo imigrante, criando, como cita Solimano (2006), um ciclo virtuoso ao combinar talento estrangeiro com doméstico e investimento, resultando, sobretudo, na ampliação de sua base de capital humano. Observa-se que o movimento migratório também tem proporcionado efeitos positivos para os países de origem, na medida em que aumentam as expectativas de recuperação e de mobilização dos expatriados em seu favor (HART, 2006; SOLIMANO, 2006; CASTRO, 2007).

Uma das estratégias que tem sido adotada é o repatriamento dos talentos após um período de inserção internacional. Contribui para isso o fato de que, embora distribuído nas diferentes localidades do planeta, o contingente de expatriados não está disperso na massa populacional dos países receptores (MEYER, 2001). Cada vez mais, é possível estabelecer conexões com esse contingente e, por conseguinte, promover a sua recuperação. Por outro lado,

---

<sup>3</sup> O referido termo foi adotado em meados do século passado para caracterizar as ocorrências de migração de recursos humanos com formação educacional ou profissional elevada, geralmente, provenientes dos países não industrializados, em direção às economias com os maiores níveis de industrialização. Na época, os estudos sobre o fenômeno encontraram suporte na teoria do capital humano, que tinha como um dos pressupostos a valorização da qualificação enquanto estoque de conhecimentos e habilidades incorporadas pelo indivíduo. A emigração representaria a perda desse capital acumulado, e, conseqüentemente, o retardo das nações em seu desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico (AZEVEDO, 1968; MEYER, 2001; PELLEGRINO, 2001; SOLIMANO, 2006).

as pesquisas vêm sugerindo que a noção de tempo deixa de ser determinante para qualificar a emigração, dado que a permanência no estrangeiro nem sempre tem o caráter definitivo e tem duração variável (ACKERS, 2005). Em algumas regiões, verifica-se, por exemplo, que a migração científica está mais se configurando em *brain circulation*, como uma resposta à dinâmica econômica, do que a fixação definitiva em outro lugar (ACKERS, 2005; HART, 2006; JÖNS, 2007; JOHNSON; REGETS, 1998). O repatriamento de cientistas e acadêmicos contribuiria, então, para o fortalecimento dos sistemas educacionais, científicos e tecnológicos do país de origem, assim também para a incorporação de seus contatos e canais de acesso a recursos disponíveis no exterior, tais como conhecimentos técnicos e tácitos, habilidades laborais, etc. (Ramos e Velho, 2010).

Verifica-se, ainda, que nem sempre a recuperação de expatriados pode se consubstanciar em *brain gain*, no sentido de propiciar sua alocação plena nos respectivos países de origem, trazendo evidências da complexidade que envolve essa alternativa. No que diz respeito ao repatriamento de cientistas e acadêmicos, estudos apontam que as expectativas podem não ser satisfeitas devido a problemas de adaptação social, dificuldades para a reinserção profissional, falta de recursos e infraestrutura para pesquisa, protecionismos e resistências criadas pela comunidade científica local que agem como entraves no aproveitamento dos profissionais que retornam. Do mesmo modo, nem sempre os estudos e pesquisas desenvolvidas e a atuação profissional em ambiente internacional encontram fácil aderência aos interesses, problemas e prioridades nacionais. Tais circunstâncias podem motivar uma nova emigração desses talentos (ACKERS, 2005).

Outras abordagens passam a realçar estratégias de mobilização de expatriados, cujas formas de geração e transferência de conhecimentos não estão estritamente relacionadas com a presença física nos países de origem. Segundo Meyer (2001), essas alternativas têm sido possíveis pela natureza relacional que possui o movimento migratório e que favorece a conectividade nos diversos sentidos (cultural, afetivo, profissional, etc.), permitindo a vinculação dos emigrados aos seus países de origem por meio de redes de interação. A opção pela diáspora parte do pressuposto de que os expatriados estariam alocados em excelentes condições no exterior e poderiam estar

interessados em contribuir para o desenvolvimento do país de origem, sendo possível obter benefícios disso. O seu aproveitamento tanto poderia ser mediante o conhecimento que eles já têm incorporado, quanto pelas extensas redes sócio-profissionais que construíram no exterior e às quais estão conectados na sua atividade diária.

Para autores como Castro (2007), Velho e Velho (2002), a diáspora acadêmica tem exercido um importante papel para a internacionalização da ciência nacional, uma vez que os expatriados são vetores de difusão do conhecimento de ponta em seus respectivos países, engajam-se em pesquisas com parceiros no exterior e canalizam oportunidades de interação entre o ambiente científico local e o internacional. Em sua análise comparativa sobre as ocorrências de *brain drain* e de diásporas observadas em diferentes países, Castro argumenta que a emigração é inevitável e, para alguns países, é um sério problema; muitas das políticas nacionais de sua prevenção são ineficazes e mal direcionadas; assim, a alternativa da diáspora é uma maneira de tirar proveito do *brain drain*, e, ainda, é um fator chave para a internacionalização e o arejamento das atividades locais que, em alguns países, ainda se mantêm concentradas internamente; porém, é preciso encontrar um equilíbrio ideal entre o tamanho da diáspora e o tamanho da capacidade local, de modo que, no equacionamento dessas grandezas, os países possam auferir resultados líquidos de ganhos ao invés de perdas (CASTRO, 2007).

Entre os anos 80 e 90, diversas iniciativas apoiadas por organizações internacionais e pelos governos das nações que se ressentiam com a emigração de recursos humanos altamente qualificados foram adotadas com o propósito de aproveitar as potencialidades dos talentos emigrados mesmo estando ausentes, fisicamente, do território nacional, valendo-se da possibilidade de comunicação e de associação à distância. A literatura reporta o surgimento, nesse período, de 41 redes em diferentes localidades do mundo que passaram a manter grupos de expatriados vinculados aos seus países de origem. (MEYER, 2001). A lógica subjacente a essa alternativa de recuperação consiste em que a presença de emigrados talentosos no exterior pode ser vista como um ativo a ser mobilizado. Ou seja, aqueles que estão estabelecidos em outros países podem prestar colaboração a seus colegas e a comunidades de profissionais congêneres radicados nos países de origem, por meio de

informes técnicos, consultorias ou outras formas de vínculo (GARCIA DE FANELLI, 2008).

Na América Latina, várias redes de diásporas científicas foram estabelecidas mediante programas institucionais e mecanismos combinados de aproximação entre os expatriados e as comunidades nacionais. Um exemplo conhecido refere-se à rede colombiana de pesquisadores expatriados – *Red Caldas* – que foi resultante do esforço coletivo entre o governo colombiano e os cientistas radicados no país e no exterior. A *Red Caldas* mantém-se integrada através da comunicação eletrônica, de associações autogeridas de colombianos em diferentes países e de parcerias em projetos de pesquisa estabelecidas entre os dois lados da fronteira. Os resultados sobre essa rede, encontrados no estudo realizado por Meyer e outros autores (1997), ainda nos anos 90, apontaram que a mobilização da diáspora poderia ser uma medida política promissora em termos das contribuições oferecidas, mas, também, comportaria algumas limitações.

Meyer e outros autores indicam cinco tipos de contribuições feitas ao próprio país, pelos colombianos que haviam emigrado, e que, possivelmente, não poderiam ter sido concretizadas sem a existência da rede. Esta permitiu que os expatriados participassem da formulação, implementação e avaliação de políticas nacionais de C&T; possibilitou visitas destes ao país, para oferecer treinamento especializado a estudantes locais, viabilizando-lhes conexões com pesquisadores e instituições no exterior; propiciou uma maior integração social e profissional entre pesquisadores sediados na Colômbia e os que haviam emigrado; mediou, por intermédio de colombianos residentes no exterior, alguns projetos nacionais de pesquisa, que obtiveram a adesão de parceiros internacionais; por fim, a rede facilitou o retorno de pesquisadores ao país, proporcionando-lhes a reintegração. Porém, os referidos autores advertem que o aproveitamento ótimo dessa iniciativa por parte do país de origem depende, em grande parte, de sua capacidade científica e tecnológica (MEYER et al., 1997).

No Brasil, tem-se conhecimento de apenas uma iniciativa recente que objetivou organizar a diáspora científica contando com o apoio de instituições governamentais e mediante a manutenção de uma rede social. Porém, não foi possível obter resultados concretos tendo em vista o seu fim prematuro,



principalmente, em face das limitações nos mecanismos institucionais de financiamento (BALBACHEVSKY; DO COUTO E SILVA, 2011). Perdurou, entretanto, a convicção de que em momentos favoráveis, a interação com a diáspora seria um forte incremento para a internacionalização da pesquisa brasileira, isto é “[...] *representaria um esforço complementar, capaz de amplificar os resultados das ações que já vêm sendo empreendidos tanto pelas agências, como pela própria comunidade científica nacional.*” (BALBACHEVSKY; DO COUTO E SILVA, 2011:167).

### **3. A adoção do instituto da novação pela Capes**

A palavra “novação” é oriunda do Latim, da expressão *novatio* (*novus obligatio*), definida no Direito romano como a "transferência (*translatio*, *transfusio*) duma dívida antiga para uma obrigação nova"(Cretella Jr. *apud*. Gagliano e Pamplona Jr, 2002). Embora mantenha pouca identidade com a definição original, em suas funções, forma e conteúdo, o instituto da novação tem sido empregado no Direito moderno e se faz constar do Código Civil brasileiro de 2002, disciplinado pelos artigos 360 a 367 (Gagliano e Pamplona Jr, 2002).

De acordo com a doutrina moderna, a novação pode ser entendida como um ato jurídico pelo qual se promove

[...] a extinção extraordinária da obrigação (novada) que decorre de sua substituição por outra (nova).

Na novação, desaparece a obrigação novada - com a liberação do devedor em relação à prestação a que corresponde – simultaneamente à constituição do vínculo relativo à nova.

A novação pode ser objetiva (substituição da prestação) ou subjetiva (substituição de um dos sujeitos). (Coelho, 2010:159).

A sua efetivação se dá desde que atendidos os seguintes requisitos: a existência jurídica de uma obrigação válida para que haja a possibilidade de substituição por outra; a criação de uma nova obrigação substancialmente diversa da anterior no que tange ao seu conteúdo, muito embora o objeto gerador da prestação não necessite ser alterado; e, imprescindivelmente, a intenção inequívoca das partes sobre a negociação e a troca das obrigações (COELHO, 2010).

Recentemente, as principais agências brasileiras de fomento à pesquisa e à pós-graduação, CNPq e Capes, valeram-se do instituto da novação com o propósito de viabilizar a repactuação de compromisso firmado com a União, por parte de beneficiados com bolsa de estudos, considerando o inadimplemento à obrigação de retornar e permanecer no Brasil pelo mesmo período autorizado para a realização das atividades acadêmicas e científicas fora do país<sup>4</sup>. A resolução é tomada em um momento que ainda são sentidos os impactos do crescimento significativo do número de bolsistas brasileiros no exterior impulsionado pelo programa Ciência sem Fronteiras. De certo modo, o encerramento das atividades no estrangeiro por aqueles que participaram ou ainda estão participando do programa pode estar refletindo sobre o volume de casos sujeitos à novação.

Em linhas gerais, as agências justificam a adoção da novação pela necessidade de oferecer, excepcionalmente, uma alternativa para a retribuição do bolsista ao investimento efetuado em seu favor, consoante ao interesse público. Nesse sentido, nos documentos que instituem as novas obrigações, é realçada a necessidade de atendimento ao fim precípua da política de concessão de bolsas de estudos que consiste do aproveitamento dos conhecimentos obtidos no exterior em prol do desenvolvimento nacional nos setores da educação, ciência, tecnologia e inovação. Mas, há o reconhecimento de que o atingimento desse fim pode ser também exequível em instituição no exterior de notória excelência acadêmica e/ou de pesquisa, desde que haja a inequívoca demonstração de benefícios para o país.

Em se tratando da medida adotada pela Capes, publicada pela Portaria GAB nº 176, no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2016, os interessados em repactuar o compromisso firmado submetem proposta formal contendo, entre outras informações<sup>5</sup>, a relação detalhada das novas

---

<sup>4</sup> Comumente tratado pela agência como “período de interstício”.

<sup>5</sup> São também solicitadas: “I. As razões que justificam o não retorno e/ou o não cumprimento do período de interstício no Brasil; [...] III. o cronograma de atividades detalhado; IV. a identificação (nome, localização, natureza jurídica) de todas as instituições envolvidas”; V. os valores e as fontes de financiamento relacionados; VI. o Currículo Lattes atualizado; VII. informações adicionais sobre premiações e desempenho do bolsista/ex-bolsista; [...]” (CAPES, 2016, p. 201)

obrigações a serem realizadas e indicadores de desempenho correspondentes à atuação no exterior. A título de exemplo, são fornecidos sete possíveis indicadores de desempenho:

- I. Número de docentes e discentes brasileiros e estrangeiros participantes;
- II. Número de artigos ou de publicações geradas pela iniciativa;
- III. Número de cursos e de minicursos ministrados;
- IV. Número de projetos e de trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da iniciativa;
- V. Número de apresentações, palestras e mesas redondas gerados pelo projeto;
- VI. Quantidade de material didático e instrucional desenvolvido e distribuído no âmbito do projeto;
- VII. Valores envolvidos no projeto.

As novas obrigações, consideradas pela Capes como de valor acadêmico-científico-tecnológico para o Brasil, poderiam compreender, além de outras similares, as seguintes atividades:

- I.A formulação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa científico-tecnológica que envolvam a cooperação internacional com instituições brasileiras.
- II.A criação e a aplicação de programas de dupla diplomação entre instituições brasileiras e estrangeiras.
- III.A elaboração e a execução de projetos de educação a distância voltados para instituições acadêmicas e de pesquisa brasileiras em parceria com instituições estrangeiras.
- IV.A organização de eventos científico-tecnológicos internacionais, buscando a divulgação da pesquisa brasileira.
- V.A criação e organização de publicações internacionais, buscando a divulgação da pesquisa brasileira.
- VI.A elaboração de projetos de extensão para comunidades no Brasil em parcerias com instituições internacionais, buscando a difusão de conhecimentos científico-tecnológicos.
- VII.O desenvolvimento de projetos de trabalho como consultor ad hoc em comissões, programas e projetos da Capes.
- VIII.A orientação, tutoria e/ou acompanhamento de estudantes brasileiros no exterior. (CAPES, 2016, p.201)

Pelo enfoque das atividades sugeridas, não resta dúvidas de que as novas obrigações formuladas pela agência tem como principal objetivo impulsionar a cooperação acadêmica e de pesquisa entre as instituições nacionais e estrangeiras e fomentar a internacionalização da pesquisa brasileira. Para tanto, com vistas a subsidiar a decisão final, as propostas de repactuação de obrigações são submetidas à avaliação de especialistas da

---

área de conhecimento correspondente à de atuação do beneficiado com bolsa de estudos, considerando a sua exequibilidade.

Devido ao pouco tempo de implantação da medida não é possível conhecer os efeitos das novações instituídas até o momento. Entretanto, o grupo de trabalho constituído para o acompanhamento dos procedimentos de avaliação e das propostas recebidas tem feito algumas observações com relação ao teor da portaria da Capes e às motivações que fundamentam as proposituras, sugerindo alterações que busquem aperfeiçoar o dispositivo jurídico e realçar a natureza institucional que devem consistir as obrigações pactuadas. Ou seja, conforme a ata de reunião realizada pelo grupo de trabalho:

1. As propostas devem evidenciar o **laço institucional** entre a IES estrangeira e instituições brasileiras. Em outras palavras, a novação deverá contemplar a formação de redes institucionais de cooperação acadêmica e científica entre IES no Brasil e no exterior [...].
2. O proponente deverá comprovar qual é o **benefício para o Brasil** de sua proposta de novação, e não o mero cumprimento de suas atribuições regulares de docentes e pesquisadores[...] (CAPES, 2017, p. II)

A preocupação apontada pelos membros do referido grupo é bastante pertinente haja vista o esforço governamental de promover a internacionalização das instituições de ensino e pesquisa do país e vem ao encontro das transformações sociais sentidas na atualidade em razão do aumento da interdependência econômica mundial.

#### **4. As interações entre pesquisadores brasileiros no Brasil e no exterior**

No estudo realizado por Lombas (2013), que abordou os efeitos das trajetórias de formação doutoral e de pesquisa no exterior sobre a internacionalização da produção do conhecimento, os resultados trouxeram evidências de laços colaborativos entre pesquisadores residentes no Brasil e os brasileiros radicados no estrangeiro, com a possibilidade de sua extensão para o ambiente institucional de atuação dos envolvidos. A pesquisa se debruçou sobre as informações fornecidas por profissionais das áreas de Ciência da Computação, Física e Economia, que haviam obtido bolsa de estudos da Capes e do CNPq, entre 1996 e 2007, para a realização de suas

trajetórias acadêmicas e de pesquisa nos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha. Do universo de 948 pesquisadores, 422 (42,9%) responderam ao questionário aplicado, composto por questões fechadas e abertas, disponibilizado na internet, para acesso e preenchimento. Entre os respondentes, 18 (4,2%) informaram estar há algum tempo residindo e atuando profissionalmente em pesquisa no exterior, em uma das três áreas analisadas. Desse conjunto, quatro concordaram participar de entrevistas individuais realizadas, via Skype, com o propósito de oferecer mais detalhes sobre as respostas registradas no questionário e para uma melhor compreensão sobre as suas relações com o Brasil e suas motivações para a permanência no país onde estariam residindo.

Para o conjunto de residentes no exterior que responderam ao questionário, o Brasil é um dos países com os quais as interações científicas estabelecidas com o ambiente científico internacional ocorrem em maior frequência<sup>6</sup>. Os depoimentos de três entrevistados são sugestivos quanto à procedência dos contatos estabelecidos no país e mostram que as aproximações do ambiente científico brasileiro têm como principal referência a instituição onde grande parte da formação pós-graduada foi realizada. Para dois entrevistados, as interações com esse ambiente nunca deixaram de ocorrer, desde que ambos passaram a residir no exterior. Para outro, as interações são com colegas que obtiveram formação parecida na instituição de obtenção do doutorado e que, depois, passaram a atuar profissionalmente em universidades distintas no Brasil<sup>7</sup>.

No que diz respeito às formas de colaboração que são estabelecidas entre pesquisadores brasileiros no Brasil e no exterior, as informações obtidas foram dadas pelos dois conjuntos que compuseram o universo da referida pesquisa. Isto é, indagou-se ao conjunto de residentes no exterior se eles mantinham colaborações científicas com pesquisadores brasileiros que residiam no Brasil e, em caso positivo, solicitou-se que indicassem quais seriam as formas de parceria adotadas, considerando o elenco de opções oferecidas. Adicionalmente, perguntou-se se as relações colaborativas incluíam

---

<sup>6</sup> Tal como foi feito com o conjunto de residentes no Brasil, foi solicitado aos respondentes desse conjunto que indicassem com quais países suas interações científicas ocorrem em maior frequência. Pedindo-lhes que indicassem até três países.

<sup>7</sup> A análise das entrevistas consta do capítulo 5 da tese em apreço.

a visita dos respectivos parceiros ao local onde atuam em pesquisa, bem como, a sua vinda ao país. As mesmas perguntas, porém no sentido inverso, foram feitas aos integrantes do conjunto de residentes em território nacional.

Como mostra a Tabela 1, quase a totalidade dos pesquisadores brasileiros residentes no exterior informou manter parceria científica com congêneres no Brasil, sendo uma única exceção encontrada na área da Ciência da Computação. As relações ocorrem principalmente com o propósito de produção de artigos, livros ou capítulos de livros em parceria. Foram também frequentemente apontadas as interações que se voltam para as trocas de ideias e informações técnicas, mediante contatos informais mantidos entre as partes. No entanto, em nenhuma das áreas, foi expressivo o número de respondentes que informou estender suas relações com nosso país mediante a coorientação de alunos de graduação e pós-graduação. Observa-se ainda que, para boa parte dos respondentes, as relações de troca e produção de conhecimentos motivam visitas de natureza científica entre ambos os lados da parceria.

Sobre os integrantes desse conjunto ainda procurou-se saber se mantinham colaborações com apoio institucional do Brasil. Foi, então, perguntado se, nos projetos de pesquisa de âmbito internacional de que participavam, eles contavam com financiamento proveniente do país<sup>8</sup>. Dos 15 respondentes que afirmaram realizar projetos com parcerias do exterior, 7 indicaram fazer isso contando com recursos provenientes de entidades nacionais brasileiras, sendo 5 cientistas da computação, 1 físico e 1 economista, sinalizando que as interações mantidas com residentes no Brasil também se consubstanciam de relações institucionais, mediante acordo de cooperação. Embora não tenha sido indagado que tipo de entidade nacional estaria financiando tais colaborações, pode-se supor que seja de natureza pública.

As entrevistas reforçam essa suposição, uma vez que foram recorrentes as referências feitas à Capes, CNPq e FAPESP como agências financiadoras ou potenciais financiadoras nos projetos de colaboração que mantinham com o

---

<sup>8</sup> Indagou-se de onde provinha o financiamento para participação em projetos de pesquisa de âmbito internacional, dando as seguintes opções para múltipla escolha: Entidades do país de sua residência; Entidades do Brasil; Entidades de outros países envolvidos; Organismos internacionais, Outro(s). Qual(is)?

Brasil ou que tinham a perspectiva de estabelecer. Cabe ainda ressaltar que três dos quatro entrevistados estavam familiarizados com os incentivos governamentais voltados para aproximar o país do ambiente científico internacional.

**Tabela 1 - Práticas de colaboração com residentes no Brasil, adotadas por brasileiros radicados no exterior.**

Formas de colaboração científica		Área do conhecimento			Total*
		Ciência da Computação	Física	Economia	
Coprodução de artigos, livros, capítulos de livros	Nº	6	5	4	15
	%	100,0	83,3	80,0	88,2
Coorientação de alunos	Nº	1	2	1	4
	%	16,7	33,3	20,0	23,5
Coprodução de patentes	Nº	0	0	0	0
	%	-	-	-	-
Contatos informais	Nº	5	4	3	13
	%	83,3	83,3	60,0	76,5
Visitas científicas ao Brasil	Nº	5	5	4	14
	%	83,3	83,3	80,0	82,4
Visitas científicas ao exterior	Nº	6	5	3	14
	%	100,0	83,3	60,0	82,4
<b>Total*</b>	Nº	6	6	5	17
	%	85,7	100,0	100,0	94,4

Fonte: Lombas, 2013.

\* Número e proporção de respostas obtidas do conjunto de residentes no exterior.

Em se tratando do conjunto dos residentes no Brasil, observa-se que uma proporção significativa mantém interações com pesquisadores brasileiros no exterior (35%)<sup>9</sup>. Conforme a Tabela 2, entre os que informaram manter tais relações 44% é da Ciência da Computação, 32% da Física e 28% da Economia. De modo semelhante ao que foi verificada no conjunto de residentes no exterior, nas três áreas estudadas, a coprodução de trabalhos científicos com compatriotas foi a prática mais frequentemente apontada. Neste conjunto, porém, são expressivamente maiores as incidências de respostas entre os físicos, comparado aos cientistas da computação e aos economistas, cujas diferenças variam entre 17 e 30 pontos percentuais, respectivamente. O estabelecimento de contatos informais com pesquisadores brasileiros fora do país foi manifestado por um número significativo de respondentes, embora se

<sup>9</sup> Cabe ressaltar que o conjunto de residentes no Brasil compreendeu 404 pesquisadores que responderam ao questionário.

verifique que na Ciência da Computação e na Física as proporções de resposta são muito menores do que no quesito anterior.

**Tabela 2 - Práticas de colaboração com brasileiros radicados no exterior, adotadas por residentes no Brasil.**

Formas de colaboração científica		Área do conhecimento			Total*
		Ciência da Computação	Física	Economia	
Coprodução de artigos, livros, capítulos de livros	Nº	43	50	17	110
	%	74,1	90,9	60,7	78,0
Coorientação de alunos	Nº	15	13	4	32
	%	25,9	23,6	14,3	22,7
Coprodução de patentes	Nº	6	0	0	6
	%	10,3	0,0	0,0	4,3
Contatos informais	Nº	29	25	19	73
	%	50,0	45,5	67,9	51,8
Visitas científicas ao Brasil	Nº	40	37	19	96
	%	69,0	67,3	67,9	68,1
Visitas científicas ao exterior	Nº	35	34	20	89
	%	60,3	61,8	71,4	63,1
<b>Total*</b>	Nº	58	55	28	141
	%	44,3	31,6	28,2	34,9

Fonte: Lombas, 2013.

\* Número e percentual de respostas obtidas do conjunto de residentes no Brasil.

No que se refere ao trabalho colaborativo na formação de graduandos e pós-graduandos, nota-se que esta não é uma prática muito prestigiada entre os residentes no Brasil, em suas relações com brasileiros radicados fora do país, e as proporções obtidas assemelham-se ao primeiro conjunto, porém, considerando-se as interações mantidas com o ambiente nacional. Menos incidente ainda foram respostas sobre a coprodução de patentes ou de produtos de aplicação, sendo somente indicada por cientistas da computação (6). Inclusive, no conjunto de residentes no exterior não houve incidência de resposta para esse quesito. Contrariamente a isso, as visitas científicas são bastante adotadas nas relações estabelecidas entre congêneres nacionais.

## 5. O que os dados de pesquisa mostram?

O número expressivo de respostas obtidas dos sujeitos do estudo em apreço sustenta a afirmação de que aqueles que emigram não estão dispersos na massa populacional dos países receptores e não estão distantes do contato



com o seu país de origem. Portanto, é plausível admitir o estabelecimento de conexões profissionais com eles.

Pelas formas de colaboração científica mais frequentemente adotadas, observa-se a semelhança de padrão que mantém ambos os conjuntos. No que diz respeito à principal forma de interação estabelecida com os compatriotas além fronteiras pode-se observar a preferência por ações concretas, para o benefício recíproco e a geração de um produto tangível (coprodução de artigos, livros, capítulos de livros, etc.). Além disso, a semelhança de opção de respostas realça que o entrosamento é voltado quase que exclusivamente para atender às demandas e inquietações próprias do conhecimento científico, havendo pouco espaço para a coprodução de patentes e produtos de aplicação.

As conexões estabelecidas também motivam visitas de natureza científica entre ambos os lados da parceria e sugerem que essas atividades não se limitam aos próprios envolvidos, mas, perpassam o ambiente profissional em que atuam. Isso vem corroborar a possibilidade de que sejam exequíveis as medidas voltadas à mobilização de talentos a distância, tais como esperam o CNPq e a Capes com o uso do instituto da novação.

Chama atenção, no entanto, o fato de que as interações estabelecidas não ensejam a formação de novos profissionais, por meio da coorientação de alunos de graduação e pós-graduação. Cabe mencionar que proporções semelhantes de respostas sobre esse quesito foram obtidas na mesma pesquisa, porém, no que se refere ao trabalho colaborativo mantido entre os sujeitos da pesquisa e seus parceiros estrangeiros no exterior. Para os dois conjuntos de respondentes, a orientação de alunos mereceu igualmente muito pouca importância entre as práticas de internacionalização adotadas<sup>10</sup> (Lombas, 2013). Trata-se de uma atividade relevante, considerando-se os mútuos benefícios que poderiam advir, em especial, quando envolve estudantes de pós-graduação, e que merece ser alvo de novas investigações.

Em se tratando do lado brasileiro, é possível admitir que tal resultado seja influenciado por circunstâncias das instituições acadêmicas e de pesquisa

---

<sup>10</sup> Entre os residentes no Brasil: 22,01%; entre os residentes no exterior: 27,77%.

nacionais que nem sempre são favoráveis às medidas de internacionalização<sup>11</sup> para impulsionar, entre outras práticas, o trabalho colaborativo por meio da cotutela de alunos. Arrisca-se afirmar que, diferentemente das tendências verificadas sobretudo em países desenvolvidos (ALTBACH, 1998; HEALEY, 2008; STROMQUIST, 2007), boa parte das instituições nacionais ainda não incorporaram a dimensão internacional como uma de suas missões e padecem da falta de planejamento em suas ações de aproximação do ambiente acadêmico do exterior.

De acordo com Marrara e Rodrigues, o planejamento efetivo da internacionalização acadêmica deve congrega diretrizes norteadoras do processo, estratégias para o alcance dos objetivos e correspondentes medidas administrativas. Tais medidas devem contemplar tanto as ações comuns que representam as condições gerais para a consecução do processo de internacionalização, que envolvem ações institucionais e acadêmicas<sup>12</sup>, como aquelas de natureza específica, que dependem da forma de internacionalização que se pretende adotar, ou seja passiva ou seja ativa<sup>13</sup>. Uma vez não sendo compatíveis com as políticas e estratégias de internacionalização adotadas, elas correm o risco de perder a finalidade de contribuir para o ensino e para a pesquisa das instituições.

---

<sup>11</sup> Castro (2008), Marrara e Rodrigues (2009) citam, por exemplo, o isolacionismo do ensino superior brasileiro; a falta de políticas orientadas para a internacionalização; as barreiras burocráticas, curriculares e linguística existentes.

<sup>12</sup> Como ações institucionais comuns, os referidos autores exemplificam: a criação de comissões internas de cooperação internacional ou assessorias internacionais, a adaptação do corpo de funcionários à nova realidade, a celebração de convênios de cooperação internacional e as medidas informativas de divulgação da instituição. Enquanto medidas comuns de caráter acadêmico, são: o estabelecimento de linhas de pesquisa para a construção de centros de referência em pesquisa, a organização de bibliotecas de alto padrão, a inserção de disciplinas e a realização de outras atividades de ensino e pesquisa em idiomas estrangeiros (Marrara, Rodrigues; 2009).

<sup>13</sup> Entre as medidas específicas para a promoção da internacionalização passiva, estão aquelas que buscam aumentar o número de discentes, pesquisadores e docentes visitantes na IES e estimular o recebimento de trabalhos científicos para a publicação em seus veículos de divulgação científica. As medidas específicas em favor da internacionalização ativa são voltadas para estimular a mobilidade dos docentes, discentes e pesquisadores internos; aumentar a participação dos acadêmicos da IES em eventos, cursos e programas de IES estrangeiras por meio de contratos de professor-visitante, pela concessão de auxílios para a participação em eventos realizados no exterior e pelo apoio à realização de estágio pós-doutoral, estágios de ensino e pesquisa em entidades estrangeiras, bem como as coorientações e cotutelas (Marrara, Rodrigues; 2009).

Nesse ponto, interessa retomar o assunto acerca da adoção do instituto da novação pelo CNPq e pela Capes para a repactuação de compromissos firmados no âmbito dos seus programas de bolsas de estudos no exterior. Conforme já citado, o dispositivo jurídico foi utilizado para oferecer aos ex-bolsistas inadimplentes uma alternativa de quitação com a União da dívida relacionada ao descumprimento do período de interstício estipulado, antes de optar por residirem fora do país. Nesse sentido, as novas obrigações compreenderiam a realização de atividades em benefício do Brasil, que não implicasse necessariamente a permanência em território nacional.

No que concerne à medida adotada pela Capes, é esperado que as novas obrigações se constituam de atividades revestidas de valor acadêmico-científico-tecnológico, tendo como principal objetivo impulsionar a cooperação acadêmica e de pesquisa entre as instituições nacionais e estrangeiras e fomentar a internacionalização da pesquisa brasileira. O monitoramento das propostas de repactuação tem realçado a necessidade de que as novas obrigações devam oferecer demonstrações inequívocas de benefício para o país, sendo concretizadas mediante atividades que corroborem os laços institucionais entre as IES nacionais e estrangeiras.

Contudo, não basta apenas reunir o interesse e a disposição das partes envolvidas diretamente no ato de novação (a Capes e seu ex-bolsista) para que as novas obrigações consigam efetividade. É preciso envolver as instituições acadêmicas e de pesquisa partícipes na referida repactuação contratual e conhecer as suas reais intenções de contribuir para que as atividades em parceria possam ser realizadas. Isso implica que as instituições tenham manifesta a internacionalização como uma de suas missões e envide esforços organizacionais para o seu desenvolvimento, com base em objetivos, estratégias e ações coerentes entre si.

Especificamente em relação às instituições brasileiras, que são o foco da medida adotada, é preciso conhecer as expectativas e potencialidades que elas possuem para estimular e promover as relações com o ambiente internacional. Do mesmo modo, interessa saber o tipo de internacionalização por elas contemplado nas estratégias empreendidas (se passiva ou ativa) e as ações administrativas correspondentes. Pois, isso se mostra um importante

balizador na avaliação das propostas com vistas ao alcance dos objetivos previstos na repactuação das obrigações do ex-bolsistas.

Somente assim, poder-se-ia esperar resultados profícuos das propostas oferecidas e antever alguma contribuição para a inserção das instituições nacionais em redes internacionais de cooperação científica.

## **6. Considerações finais**

Este trabalho objetivou refletir sobre o emprego da novação pela Capes no âmbito dos seus programas de bolsas de estudos no exterior, amparado na literatura especializada sobre as perspectivas de *brain gain* e com base nos resultados de estudo que investigou as interações estabelecidas entre pesquisadores brasileiros residentes no Brasil e no exterior.

Ainda que, de maneira acertada, a medida tenha caráter de excepcionalidade, ela demonstra o reconhecimento da esfera governamental sobre a possibilidade de uma alternativa com vistas à recuperação da perda de talentos humanos, mantendo-os mobilizados em favor do interesse nacional, mesmo que a distância. Ademais, a medida é tempestiva para o mundo de intensas transformações e forte interdependência, que caracteriza a contemporaneidade, e traz a perspectiva de contribuir para a cooperação acadêmica e de pesquisa entre as instituições nacionais e estrangeiras e fomentar a internacionalização da pesquisa brasileira.

Os resultados do estudo analisados neste trabalho trazem indicativos do possível estabelecimento de relações científicas com pesquisadores brasileiros que emigraram. Igualmente, sinalizam a extensão das interações aos ambientes de atuação profissional dos envolvidos, gerando efeitos multiplicadores.

Porém, é fundamental que haja compatibilidade de propósitos entre os participantes para o acolhimento de trabalhos desenvolvidos em parceria, observando-se a necessidade de alinhamento das atividades com as políticas e estratégias de internacionalização das instituições anfitriãs. Desse modo, entende-se que as instituições envolvidas nos acordos de novação instituídos pela Capes tenham espaço para manifestação sobre as novas obrigações que irão motivar o seu acolhimento às práticas de colaboração pactuadas.

## Referências

ACKERS, L. Moving people and knowledge: scientific mobility in the European Union. **International Migration**, Oxford, UK, v. 43, n.5, p. 100-127, 2005.

ALTBACH, P. G. **Comparative Higher Education**: knowledge, the university, and development. Connecticut: Ablex Publishing, 1998. 310 p.

AZEVEDO, T. **A evasão de talentos**: desafios e desigualdades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

BALBACHEVSKY, E; DO COUTO E SILVA, E. A diáspora científica brasileira: perspectiva para sua articulação em favor da ciência brasileira. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v.16, n.33, p. 163-176, jul./dez. 2011.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria GAB nº 176. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 out. 2016.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ata de reunião do Grupo de Trabalho constituído para análise dos procedimentos de avaliação dos processos de proposta de novação**. Brasília, 30 jan. 2017.

COELHO, F.U. Curso de direito civil, volume 2: obrigações; responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2010. p.158-162.

CASTRO, C.M. Internacionalização do Ensino Superior – Invasão de Farmacêuticas ou de Marcianos? **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 76-86, abr./jun. 2008.

CASTRO, C. M. **Brain drain in Latin America**: myth and reality. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.claudimouracastro.com.br/upload/Brain%20drain%20in%20Latin%20America%20myth%20and%20reality.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2013.

GAGLIANO, P.S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**: abrangendo o Código de 1916 e o novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 197-208.

GARCIA DE FANELLI, A. Políticas públicas frente a la “fuga de cérebros”: reflexiones a partir del caso argentino. **Revista de la Educacion Superior**, Buenos Aires, v. 27 (4), n. 148, p. 111-121, oct./dic. 2008.

HART, D. M. Managing the global talent pool: sovereignty, treaty, and intergovernment networks. **Technology in Society**, [S.l.], v.28, p.421-434, 2006.

HEALEY, N. M. Is higher education in really “internationalising”? **Higher Education**, [S.l.], v.55, p. 333-355, 2008.

JOHNSON, J. M.; REGETS, Mark C. International Mobility of Scientific and Engineers to the United States – Brain Drain or Brain Circulation? **Issue Brief, National Science Foundation**. Arlington, VA, p.98-316, June 1998.

JÖNS, H. Transnational mobility and the spaces of knowledge production: a comparison of global patterns, motivations and collaborations in different academic fields. **Social Geography**, [S.l.], v. 2, p. 97 - 114, 2007.

LAUDEL, Grit. Migration currents among the scientific elite. **Minerva**, Netherlands, v.43, p.377-395, 2005.

LOMBAS, M.L. de S. A mobilidade internacional acadêmica: características dos percursos de pesquisadores brasileiros. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 19, nº44, p.308-333, jan/abr 2017.

LOMBAS, M.L. de S. **A mobilidade internacional de pós-graduandos e pesquisadores e a internacionalização da produção do conhecimento: efeitos de uma política pública no Brasil**, 2013. 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Brasília, DF, 2013.

MARRARA, T.; RODRIGUES, J.de A. Medidas de internacionalização e o uso de idiomas estrangeiros nos programas de pós-graduação brasileiros. **RBPG**, Brasília, v.6, n.11, p.121-143, dez. 2009.

MEYER, J.B. Network approach versus Brain Drain: lessons from the Diaspora. **International Migration**, [S.l.], v.39, n.5, p.1, 2001.

PELLEGRINO, Adela. Trends in Latin American skilled migration: “Brain Drain” or “Brain Exchange”? **International Migration**, Malden, v.39, no.5, p.111-131, 2001.

RAMOS, Milena Y.; VELHO, Lea. Formação de doutores no Brasil e no exterior: impactos na propensão de migrar. **Educ. Soc.**, Campinas, v.32, n.117, p. 933-951, out./dez. 2011.

REGETS, Mark. Research issues in the internacional migration of highly skilled workers: a perspective with data from the United States. **Working Paper, National Science Foundation**, Arlington, VA, SRS 07-203, June 2007.

SOLIMANO, Andrés. Mobilizing talent for global development. **UNU-WIDER, Policy Brief**, Helsinki, n.7, p.1-8, 2006.

STROMQUIST, Nelly P. Internationalization as a response to globalization: radical shifts in university environments. **Higher Education**, Ohio, v. 53, p. 81-105, 2007.

VELHO, L.; VELHO, P. Mobilização de cientistas brasileiros que trabalham no exterior e redes. In: VELLOSO, J.(Org.) **Formação no país ou no exterior? Doutores da pós-graduação de excelência: um estudo na Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química no País**. Brasília: UNESCO, 2002, p. 239-259.